

## ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE RECURSOS MINERAIS CT- MINERAL

**Data:** 10 de dezembro de 2012

**Horário:** das 14h30min às 17h30min

**Local:** CNPq - Brasília-DF

### 1. APRESENTAÇÃO

Este documento reúne as decisões tomadas pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral - CT-Mineral, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2012, que tratou da seguinte pauta:

- 1) Abertura - Presidente do Comitê;
- 2) Plano de Investimento do FNDCT para 2012
  - Balanço das ações do Fundo no âmbito da FINEP – representante da FINEP;
  - Balanço das ações do Fundo no âmbito do CNPq - representante do CNPq;
- 3) Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013 e Plano de Investimento para 2013
  - Diretrizes para o Planejamento das Ações para 2013;
  - Deliberações;
- 4) Documentos do Fundo Setorial: Manual Operativo e Regimento Interno;
- 5) Documento de Diretrizes; e
- 6) Outros Assuntos: Ata da última reunião e Calendário de reuniões de 2013.

### 2. PARTICIPANTES

#### 2.1. *Membros do Comitê Gestor Presentes*

Álvaro Toubes Prata – Presidente - MCTI

Mário Ernesto Giroldo Valério – Representante da Comunidade Científica/UFS

Carlos Nogueira Costa Júnior – Representante do MME

Rodrigo Novis – Representante da FINEP

Marcelo Ribeiro Tunes – Representante do Setor Empresarial/IBRAM

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo – Representante do CNPq

#### 2.2. *Membros do Comitê Gestor ausentes (ausência justificada):*

Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa – Representante do DNPM

#### 2.3. *Equipe técnica e convidados*

Elzvir Azevêdo Guerra - MME/SGM

Fernando Antônio Freitas Lins – CETEM

Cristina Ferreira Correia Silva – MCTI/SETEC/CGTS

Tássia de Melo Arraes – MCTI/SETEC/CGTS

Lucilene Candido – CNPq/COCGQ

Alexandre Arruda – MME/DNPM

Edmilson Rodrigues da Costa – IBRAM

Elisabeth Saavedra Rivano –MCTI/ASCOF

Eduardo Soriano – MCTI/SETEC/CGTS

### 3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

#### 3.1 ABERTURA

A Reunião foi iniciada pelo Presidente do Comitê, Álvaro Toubes Prata, que agradeceu a presença de todos. O Seminário realizado no período da manhã recebeu destaque por ter fornecido subsídios para a tomada de decisões do Comitê Gestor do CT- Mineral em sua 27ª Reunião Ordinária. Em seguida, a pauta foi submetida à apreciação dos membros e aprovada por unanimidade.

#### 3.2. PLANO DE INVESTIMENTO DO FNDCT PARA 2012

- **BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO EM 2012 PELO REPRESENTANTE DA FINEP**

O Sr. Rodrigo Novis relatou que a implementação da encomenda “Retomada da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CETEM/MCTI”, aprovada na 26ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Recursos Minerais, foi transferida para o CNPq.

Na sequência, apresentou a execução financeira da FINEP e o quadro dos principais projetos em andamento na Agência, conforme descritos a seguir:

**Execução Financeira - (Posição em 27/11/2012)**  
**Valor Total Empenhado FINEP: R\$ 1.203.613,00**  
**Transferências para o CNPq: R\$ 4.601.165,44**  
**Desp. Operacionais/ Tx. Administração: R\$ 295.928,85**

#### PRINCIPAIS PROJETOS EM ANDAMENTO

PROJETOS EM ANDAMENTO	VALOR FINEP
Cerâmica vermelha da região central do Estado do Tocantins	R\$ 349.125,00
Projeto Cooperativo em Rede do Arranjo Produtivo Local de Opala nos Municípios de Pedro II e Buriti dos Montes - Etapa 2	R\$ 322.987,55
Apoio à Normalização e Avaliação da Conformidade do Setor de Gemas, Joias e Afins	R\$ 1.057.140,00
Apoio à Normalização e Avaliação da Conformidade de Rochas Ornamentais	R\$ 1.243.955,47
Apoio à Normalização e Avaliação da Conformidade do Gesso Natural e seus Derivados	R\$ 817.488,00
Capacitação Laboratorial da Rede Geochronos - Laboratório de Geocronologia da UnB	R\$ 214.500,00
Extensão da Capacidade Analítica do Lamin para Atender Águas Superficiais e Subterrâneas	R\$ 142.813,40
Implantação de infraestrutura de pesquisa no novo campus UFF do Pólo Universitário de Volta Redonda.	R\$ 904.155,00
Cenários para a Amazônia: Uso da terra, Biodiversidade e Clima	R\$ 2.754.994,48
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.807.158,90</b>

Finalizada a apresentação do Sr. Rodrigo Novis, o representante do MME, Sr. Carlos Nogueira Júnior, questionou os valores apresentados no quadro de execução da FINEP em 2012 relativos à taxa de administração/despesas operacionais que deveriam ser limitadas a 5%. Isso por que o valor apresentado no total de empenho da FINEP foi de **R\$ 1.203.613,00**, sendo que as taxas de despesas operacionais e de



administração somam R\$ 295.928,85, correspondendo a um percentual de 25%. Levando-se em consideração que a execução da ação deliberada na 26ª Reunião foi transferida para o CNPq, foi cobrada da FINEP a justificativa para os valores apresentados para essas taxas. O Sr. Elzvir, também do MME, pediu a palavra e acrescentou que a FINEP por lei é a Secretaria Executiva do FNDCT e tem direito ao repasse de 2% da taxa de administração. Entretanto, a taxa operacional poderia ser gerida em conjunto com o Comitê Gestor, mas segundo o Sr. Elzvir, isso nunca chegou a ocorrer na Gestão do Fundo Setorial Mineral. O Sr. Carlos Nogueira reafirmou entender que as despesas operacionais devam ser cobradas pelas ações executadas, mas sua solicitação com relação aos esclarecimentos dos valores apresentados na execução de 2012 da FINEP deve-se ao fato do CT-Mineral ter poucos recursos a serem administrados e valores elevados na execução das taxas operacionais e despesas administrativas, como as que foram apresentadas pela FINEP, comprometendo o orçamento do Fundo. Relembrou também que em anos anteriores o CT-Mineral teve recursos aportados em Ações Transversais, que não tinham aderência com o Fundo e que o Presidente do Comitê Gestor, à época o Sr. Ronaldo Mota, não foi comunicado sobre o aporte dos recursos do Fundo para essas ações. O Sr. Carlos Nogueira ainda afirmou que mesmo entendendo que há amparo legal para FNDCT gerenciar as Ações Transversais, o Comitê deveria ser informado quando houvesse repasse de seus recursos para ações transversais, para que fosse possível sua aplicação em ações de interesse para o Fundo. O Sr. Mário Valério, representante da Comunidade Científica, pediu a palavra e reforçou a solicitação de esclarecimentos acerca da execução financeira de 2012, apresentada pela FINEP.

O Sr. Elzvir destacou a importância de se reivindicar junto ao Conselho Diretor do FNDCT o não contingenciamento dos recursos do CT-Mineral, por tratar-se de um Fundo de pouca monta.

O presidente Álvaro Prata encerrou as discussões e solicitou que na próxima reunião do CT-Mineral o representante da FINEP apresentasse o detalhamento e os esclarecimentos dos valores da execução financeira de 2012, relativos às taxas operacionais e administrativas.

- **BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO EM 2012 PELO REPRESENTANTE DO CNPq**

A Sra. Lucilene Cândido, representante do CNPq, apresentou as seguintes ações:

- **Em andamento:**

**Editais**

1. 56/2008: Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e Tecnologias para Sistemas Produtivos Locais do Setor Mineral
2. 12/2009: Convênio com o Vale
3. 44/2010: Editais Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e tecnologias para Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral

**Encomendas**

1. Rede Geochronos
2. RedeAPLMineral - Coordenadora: Cecília Leite Oliveira
  - Total concedido: R\$ 600.000,00
  - Custeio e Capital: R\$ 378.825,36
  - Bolsas R\$ 221.174,64
  - A liberar: i) Custeio e Capital: R\$ 189.412,68; ii) 6 bolsas DTI/ITI em curso.



- A pendência junto ao CADIN e ao CNPq foi resolvida e no momento encontra-se aguardando apenas o repasse de recursos pela FINEP.
3. Retomada da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de terras raras no Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CETEM/MCTI.

- Total concedido: R\$ 2.000.000,00
- Prazo de execução: 2012-2013
- Coordenador: Paulo Sérgio Moreira Soares
- Situação de Empenho da Ação: em 2012: 54% (R\$ 1.077.262,69), sendo i) Custeio: R\$ 626.275,88; e ii) Capital: R\$ 450.986,81
- Empenho para 2013 de 46%, sendo i) em Bolsas: R\$ 599.400,00 (7 DTI); ii) Custeio: R\$ 62.845,62; e iii) Capital: R\$ 259.463,19

Além do balanço das ações em andamento a Sra. Lucilene Cândido apresentou também, as ações previstas, não realizadas:

### Editais

#### 1. Recursos Agrominerais

- Total de recursos: R\$ 7 milhões
- Custeio, Capital e Bolsas (ITI, GM, GD, PDJ e PDS)
- Realização de oficinas
- Valores para 2010-2011

	2010	2011
FNDCT	R\$ 4.000.000,00	R\$ 3.000.000,00

#### 2. Recursos Minerais do Mar

- Total de recursos: 5 milhões
- Custeio, Capital e Bolsas (IC, ITI, GM, GD, PDJ e PDS)
- Realização de oficinas
- Valores para 2010-2011

	2010	2011
FNDCT	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.000.000,00

As propostas descritas acima, por razões orçamentárias, não foram priorizadas na demanda de novas ações transversais para 2011.

#### 3. Edital 02/2011 - RH para o Setor Mineral

- Lançamento previsto para fevereiro de 2011, mas a ação foi contingenciada antes do lançamento do Edital
- Etapa 1: 36 meses (2010 a 2012) - R\$ 10,4 milhões
- Etapa 2: mais 36 meses (2013 a 2015) - R\$ 11,1 milhões
- Valor: R\$ 10,4 milhões para 2 chamadas
- Chamada 1: R\$ 1,8 milhões. Projetos de até 800 mil reais
- Concessão de recursos para pesquisa e bolsas de mestrado profissionalizante e Fomento Tecnológico
- Chamada 2: R\$ 8,6 milhões para projetos de até 750 mil reais

- Concessão de recursos para pesquisa e bolsas GD, GM, PDJ, PDS, IC e ITI.

A Sra. Lucilene Cândido acrescentou uma observação com relação ao Edital 02/2011 - RH para o Setor Mineral, para que fosse realizada uma revisão no Termo de Referência, tendo em vista que no item 2.1 da Chamada 1 prevê-se a criação de um curso de mestrado profissionalizante e que, a princípio, a competência da criação desse modelo de curso seria da CAPES. Dessa maneira, a execução da ação estaria condicionada a aprovação do curso pela CAPES e que no caso da 'não aprovação', a opção no Termo de Referência seria por ajustamento para um curso de especialização, o qual também, segundo entendimento da Sra. Lucilene, teria que passar pelo mesmo processo da CAPES. Com isso, a chamada 2 estaria comprometida, pois, apesar de ser da competência do CNPq a concessão de recursos para bolsas, ter-se-ia que esperar pela a autorização dos cursos solicitados a Capes e esse processo pode levar muito tempo. A sugestão indicada para agilização do processo operacional junto ao CNPq seria o desmembramento, ou seja, a separação das duas chamadas.

#### 4. CENÁRIO DO ORÇAMENTO DO FNDCT PARA 2013 E PLANO DE INVESTIMENTO PARA 2013

O Presidente Álvaro Prata apresentou o Cenário Orçamentário do FNDCT para 2013, cujo valor do Projeto de Lei Orçamentária/PLOA é da ordem de R\$ 3,404 bilhões. As aplicações pré-definidas totalizam R\$ 1,009 bilhão, assim distribuído: a) Instrumentos – Programas Inovação para competitividade, no valor de R\$ 510 milhões composto por Equalização de juros, Participação da União no Capital da FINEP, Investimentos em empresas inovadoras e Garantia de liquidez; b) Subvenção Econômica, no valor de R\$ 369 milhões; c) Outras Ações (FONTE 100), no valor de R\$ 23 milhões; e d) Ações Transversais das Organizações Sociais, no valor de R\$ 108 milhões. Para as aplicações específicas dos Fundos Setoriais, o PLOA/2013 prevê o montante de R\$ 1,161 bilhão para as Ações Verticais, e de R\$1,234 bilhão para as Ações Transversais. Acrescentam-se ainda ao orçamento do FNDCT as Operações de Crédito do FPDTE no valor de R\$ 1,059 bilhão. Dessa forma, o Cenário apresentado totaliza R\$ 4,463 bilhões.

Foi destacado pelo Presidente Álvaro Prata o compromisso feito pela Presidenta Dilma Rouseff de preservar os valores atuais para os Fundos Setoriais. Foi apresentada também pelo Presidente a Proposta de Plano de Investimento do FNDCT para 2013, na qual constavam os seguintes valores atinentes ao CT-Mineral:

- Orçamento (PLOA 2013) = R\$ 8,47 milhões
- Taxa + despesa (5%) = R\$ 0,42 milhão
- Saldo disponível para 2013 (a – b) = R\$ 8,04 milhões
- Compromissos anteriores da FINEP = R\$ 0,42 milhão
- Compromissos anteriores do CNPq = R\$ 1,61 milhão
- Total de compromissos anteriores (d + e) = R\$ 2,03 milhões
- Saldo para novas ações em 2013 (c – f) = R\$ 6,02 milhões

#### 5. DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA 2013

O Sr. Eduardo Soriano informou que a proposta da SETEC para alocação dos recursos de 2013 foi orientada pela áreas estratégicas de investimentos e para convergência das ações dos projetos estruturantes priorizados pelo MCTI e previstas na ENCTI. Foi proposto que parte dos recursos do CT-Mineral disponível para 2013 fossem aportados em áreas prioritárias estruturantes, como o tema Terras Raras na área de Minerais Estratégicos e outra parte dos recursos em outras ações verticais. A princípio, seriam então definidas apenas as áreas prioritárias, sem discutir ações específicas, nem o tipo de instrumento a ser aplicado, ficando essa deliberação para a próxima reunião. Quanto ao montante, a sugestão foi aportar até

R\$ 4 milhões dos recursos do CT-Mineral disponíveis em 2013 em ações transversais no intuito de maximizar a utilização dos recursos do Fundo e R\$ 2 milhões em ações verticais.

O Secretário Sr. Carlos Nogueira ressaltou a importância das ações transversais, mas fez uma ressalva de que deveriam ser pleiteados mais recursos para as ações transversais de outras maneiras, de modo que não houvesse comprometimento no orçamento das ações verticais destinadas ao CT-Mineral, que de qualquer maneira já aporta 50% da sua arrecadação para as ações transversais. Na oportunidade, fez uma ressalva ao tema de Terras Raras, pois argumentou que existem outros minerais prioritários para o setor mineral.

O Sr. Guilherme Sales Soares acrescentou que no seu entendimento, com base no que foi apresentado no Seminário, todas as áreas são prioritárias para serem apoiadas pelo Fundo, sendo Terras Raras uma delas.

O Prof. Mário Valério sugeriu que a alocação dos recursos do CT-Mineral para 2013 fosse feita por meio de um Edital, que poderia ser o Edital Universal do CNPq, nas linhas de agrominerais, carvão mineral e terras raras; e ainda por outra ação voltada para a formação de Redes, a ser executada pela FINEP.

O Sr. Alvaro Prata argumentou que a proposta apresentada pelo Sr. Soriano foi de que no momento a aplicação dos recursos do CT-Mineral fosse direcionada às áreas e não em ações específicas, ficando essa decisão para a próxima reunião.

O Sr. Marcelo Tunes apoiou a proposta do Presidente do Comitê e questionou a ausência do carvão mineral entre os temas prioritários.

O Sr. Fernando Lins, Diretor do CETEM, julgou inovadora e válida a iniciativa de aplicação dos recursos do Fundo em ações transversais com a finalidade de potencializar a utilização dos recursos do CT-Mineral.

O Sr. Alexandre Arruda acrescentou que o DNPM, como o órgão executor da política mineral brasileira, concorda com as temáticas prioritárias dentro do planejamento orçamentário do Fundo, uma vez que detecta em suas atividades a relevância das temáticas.

## 6. DELIBERAÇÕES

Encerradas as discussões acerca da aplicação dos recursos de 2013 do CT-Mineral, o Comitê definiu que o aporte dos recursos seria feito da seguinte maneira: do total de recursos disponíveis no Orçamento do CT-Mineral de 2013, alocar até R\$ 4 milhões na temática terras raras, uma das áreas estruturantes da SETEC, e R\$ 2 milhões em ações verticais nas áreas priorizadas pelo Comitê Gestor do Fundo (lítio, carvão mineral e agrominerais).

## 7. DOCUMENTOS DO FUNDO SETORIAL

Por orientação do Presidente do Comitê, as discussões e aprovação do Regimento Interno e do Manual Operativo foram postergadas para próxima reunião.

## 8. DOCUMENTO DE DIRETRIZES

Com relação ao Documento de Diretrizes, foi entregue aos membros do Comitê a Nota Técnica elaborada pelo CGEE.

O Sr. Carlos Nogueira propôs a revisão da Nota Técnica, pois baseia-se em uma visão subjetiva da consultoria e não reflete as diretrizes da Política Federal para o Setor.

Por não haver tempo hábil para discussão e todas as considerações cabíveis, o documento será revisto, analisado e discutido na próxima reunião.

## 9. OUTROS ASSUNTOS

### 9.1 CALENDÁRIO DE REUNIÕES DE 2012

Ficou decidido que o comitê teria quatro reuniões ordinárias, agendadas para última semana de fevereiro ou início de março, as subseqüentes em junho, setembro e dezembro.

### 9.2 Ata da 26ª Reunião Ordinária do CT-Mineral

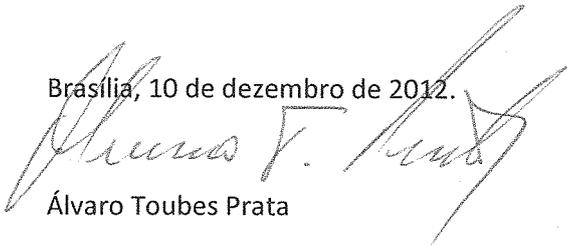
A Ata da 26ª Reunião Ordinária do CT- Mineral, realizada no dia 25 de setembro de 2012, foi aprovada por unanimidade.

Esgotada a pauta da Reunião, o Presidente Álvaro Prata agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

## 10. SÍNTESE DAS RESOLUÇÕES

1. Do total de recursos disponíveis no Orçamento do CT-Mineral de 2013, decidiu-se alocar até R\$ 4 milhões na temática terras raras, uma das áreas estruturantes da SETEC e R\$ 2 milhões em ações verticais nas áreas priorizadas pelo Comitê Gestor do Fundo (lítio, carvão mineral e agrominerais).
2. Foi decidido trabalhar com o orçamento, sem definir áreas específicas, nem o tipo de instrumento a ser aprovado, ficando essa deliberação para a próxima reunião, prevista para última semana de fevereiro ou início de março.
3. Reivindicar junto ao Conselho Diretor o não contingenciamento dos recursos do CT-Mineral, por tratar-se de um Fundo de pouca monta.
4. O representante da FINEP, Sr. Rodrigo Novis, apresentará na próxima reunião a discriminação dos itens constantes das despesas operacionais/taxa de administração relacionadas à execução financeira do CT-Mineral.
5. As apresentações deverão ser disponibilizadas aos membros do Comitê.
6. Calendário de Reuniões para 2013: serão realizadas quatro reuniões ordinárias, sendo a primeira proposta para a última semana de fevereiro ou início de março, e as subseqüentes para os meses de junho, setembro e dezembro.
7. Com referência ao Manual Operativo e Regimento Interno, ficaram para análise, discussão e aprovação na reunião do Comitê Gestor, com data prevista para o final de fevereiro ou início de março.
8. Com relação à nota técnica do Documento de Diretrizes do CT-Mineral, esta será analisada e discutida na próxima Reunião.
9. A Ata da 26ª Reunião Ordinária do CT- Mineral realizada no dia 25 de setembro de 2012, foi aprovada por unanimidade.

Brasília, 10 de dezembro de 2012.

  
Álvaro Toubes Prata

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Recursos Minerais– CT-Mineral